1º Simulado (28/11/2020)

Simulados - SEFAZ-CE

Autor:

28 de Novembro de 2020


Estratégia
Concursos
1º SIMULADO
SEFAZ CE
AUDITOR FISCAL - PRÉ-EDITAL

Simulado Especial

1º Simulado SEFAZ CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ CE;

*2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como "certo" ou "errado".

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-CE-28-11

01 – Ⓒ Ⓔ	25 – Ⓒ Ⓔ	49 – Ⓒ Ⓔ	73 – Ⓒ Ⓔ	97 – Ⓒ Ⓔ
02 – Ⓒ Ⓔ	26 – Ⓒ Ⓔ	50 – Ⓒ Ⓔ	74 – Ⓒ Ⓔ	98 – Ⓒ Ⓔ
03 – Ⓒ Ⓔ	27 – Ⓒ Ⓔ	51 – Ⓒ Ⓔ	75 – Ⓒ Ⓔ	99 – Ⓒ Ⓔ
04 – Ⓒ Ⓔ	28 – Ⓒ Ⓔ	52 – Ⓒ Ⓔ	76 – Ⓒ Ⓔ	100 – Ⓒ Ⓔ
05 – Ⓒ Ⓔ	29 – Ⓒ Ⓔ	53 – Ⓒ Ⓔ	77 – Ⓒ Ⓔ	101 – Ⓒ Ⓔ
06 – Ⓒ Ⓔ	30 – Ⓒ Ⓔ	54 – Ⓒ Ⓔ	78 – Ⓒ Ⓔ	102 – Ⓒ Ⓔ
07 – Ⓒ Ⓔ	31 – Ⓒ Ⓔ	55 – Ⓒ Ⓔ	79 – Ⓒ Ⓔ	103 – Ⓒ Ⓔ
08 – Ⓒ Ⓔ	32 – Ⓒ Ⓔ	56 – Ⓒ Ⓔ	80 – Ⓒ Ⓔ	104 – Ⓒ Ⓔ
09 – Ⓒ Ⓔ	33 – Ⓒ Ⓔ	57 – Ⓒ Ⓔ	81 – Ⓒ Ⓔ	105 – Ⓒ Ⓔ
10 – Ⓒ Ⓔ	34 – Ⓒ Ⓔ	58 – Ⓒ Ⓔ	82 – Ⓒ Ⓔ	106 – Ⓒ Ⓔ
11 – Ⓒ Ⓔ	35 – Ⓒ Ⓔ	59 – Ⓒ Ⓔ	83 – Ⓒ Ⓔ	107 – Ⓒ Ⓔ
12 – Ⓒ Ⓔ	36 – Ⓒ Ⓔ	60 – Ⓒ Ⓔ	84 – Ⓒ Ⓔ	108 – Ⓒ Ⓔ
13 – Ⓒ Ⓔ	37 – Ⓒ Ⓔ	61 – Ⓒ Ⓔ	85 – Ⓒ Ⓔ	109 – Ⓒ Ⓔ
14 – Ⓒ Ⓔ	38 – Ⓒ Ⓔ	62 – Ⓒ Ⓔ	86 – Ⓒ Ⓔ	110 – Ⓒ Ⓔ
15 – Ⓒ Ⓔ	39 – Ⓒ Ⓔ	63 – Ⓒ Ⓔ	87 – Ⓒ Ⓔ	111 – Ⓒ Ⓔ
16 – Ⓒ Ⓔ	40 – Ⓒ Ⓔ	64 – Ⓒ Ⓔ	88 – Ⓒ Ⓔ	112 – Ⓒ Ⓔ
17 – Ⓒ Ⓔ	41 – Ⓒ Ⓔ	65 – Ⓒ Ⓔ	89 – Ⓒ Ⓔ	113 – Ⓒ Ⓔ
18 – Ⓒ Ⓔ	42 – Ⓒ Ⓔ	66 – Ⓒ Ⓔ	90 – Ⓒ Ⓔ	114 – Ⓒ Ⓔ
19 – Ⓒ Ⓔ	43 – Ⓒ Ⓔ	67 – Ⓒ Ⓔ	91 – Ⓒ Ⓔ	115 – Ⓒ Ⓔ
20 – Ⓒ Ⓔ	44 – Ⓒ Ⓔ	68 – Ⓒ Ⓔ	92 – Ⓒ Ⓔ	116 – Ⓒ Ⓔ
21 – Ⓒ Ⓔ	45 – Ⓒ Ⓔ	69 – Ⓒ Ⓔ	93 – Ⓒ Ⓔ	117 – Ⓒ Ⓔ
22 – Ⓒ Ⓔ	46 – Ⓒ Ⓔ	70 – Ⓒ Ⓔ	94 – Ⓒ Ⓔ	118 – Ⓒ Ⓔ
23 – Ⓒ Ⓔ	47 – Ⓒ Ⓔ	71 – Ⓒ Ⓔ	95 – Ⓒ Ⓔ	119 – Ⓒ Ⓔ
24 – Ⓒ Ⓔ	48 – Ⓒ Ⓔ	72 – Ⓒ Ⓔ	96 – Ⓒ Ⓔ	120 – Ⓒ Ⓔ

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO

A justiça brasileira tarda, e tarda muito. Por aqui, entre o início de uma ação e a sentença podem se passar anos, ou mesmo décadas. Pior, o crime pode prescrever. Números do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) confirmam a percepção generalizada de que o nosso Judiciário anda a passos de tartaruga. De 2009 a 2016, o número de processos sem sentença, conhecido como de taxa de congestionamento, cresceu mais de 30% e chegou a 73% em 2016. Isso significa que apenas 27% de todos os processos que tramitaram nesse período foram solucionados, acumulando quase 80 milhões de casos pendentes. Temos o 30º Judiciário mais lento entre 133 países, segundo o Banco Mundial.

Essas cifras não indicam, no entanto, que os juízes brasileiros são ineficientes. O Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) em 2016 foi de 1.749 processos, o que significa a solução de mais de sete processos ao dia, em média, por juiz. São números muito melhores do que a média anual de 959 processos dos juízes italianos, 689 dos espanhóis e 397 dos portugueses, por exemplo, de acordo com dados de 2014.

Ao que poderia ser creditada, então, a lentidão da nossa Justiça? Uma das causas apontadas é justamente a falta de juízes. Conforme dados do CNJ de 2016, no Brasil há 8,2 magistrados para cada 100.000 habitantes, enquanto que a média nos países europeus é de 17,4. Na prática, os juízes brasileiros recebem o dobro de novos casos por ano em relação aos europeus, e esse volume só cresce, desenhando um cenário que começa a revelar o que está por trás dos problemas. Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos. Já a nossa taxa de congestionamento cresce naturalmente, seja pela grande quantidade de processos tramitando, seja pelo choque de decisões provisórias a que o sistema está sujeito. "Estamos em plena era da provisoriedade das decisões judiciais, com excesso de liminares, cautelares, *habeas corpus* e mandados de segurança contra decisões judiciais e recursos internos contra o que acabou de ser decidido. Quando eu era Ministro do STJ, cheguei a receber de 80 a 100 processos novos por dia!", revela Sidnei Beneti, ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, livre-docente em Direito Processual Civil e doutor em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da USP.

O excesso de demanda dentro do sistema é apontado como a causa fundamental da morosidade por Maurício Zanoide de Moraes, professor associado do Departamento de Direito Processual da USP. Para ele, tanto o Judiciário como a sociedade têm uma cultura do litígio, do conflito. Não procuramos a mediação e o acordo, por isso um número infinitamente grande de processos afoga o sistema. "Nenhum judiciário do mundo conseguiria dar conta da nossa demanda. Nossa estrutura jurídica foi desenhada em meados do século passado, para uma demanda muito menor. O excesso de 'judicialização', somado aos vários recursos e à frequente passagem para as instâncias superiores, que têm estrutura e capacidade menores e onde as decisões têm que ser colegiadas – feitas por um grupo de juízes -, acaba travando o sistema. E tudo desemboca nas instâncias superiores, que não dá conta." José Luiz Gavião de Almeida, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor da Faculdade de Direito da USP, concorda: "houve grande incentivo para o ingresso de ações no Judiciário, mesmo sabendo que ele não estaria aparelhado. O ideal seria o incentivo a outras formas de solução de conflitos, como a conciliação"

01. De acordo com o texto, um dos motivos da lentidão da justiça brasileira é a ineficiência do magistrado brasileiro.

02. Conforme o texto, menos de 30% dos processos foram solucionados no período de 2009 a 2016. Isso coloca o judiciário brasileiro entre os 30 mais lentos do mundo.

03. Quanto à tipologia textual, o texto lido pode ser classificado predominantemente como informativo.

04. No trecho "a percepção generalizada de que o nosso Judiciário anda a passos de tartaruga." (1º parágrafo) a substituição de "de que" por **da qual** prejudicaria a correção gramatical do texto.

05. O vocábulo "mais", no trecho "Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos." (3º parágrafo) pode ser classificado como advérbio, expressando circunstância de intensidade.

06. A substituição da forma verbal **dá** no trecho "E tudo desemboca nas instâncias superiores, que não dá conta." (4º parágrafo) por **dão** manteria a correção gramatical do texto.

07. A correção gramatical e as relações de coesão do texto seriam mantidas caso a expressão “no entanto”, no trecho “Essas cifras não indicam, no entanto, que os juízes brasileiros são ineficientes.” (2º parágrafo), fosse substituído por “contudo”.

08. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “Ao que poderia ser creditada, então, a lentidão da nossa Justiça?” (3º parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Dessa forma, a que poderia ser imputada a lentidão da nossa Justiça?**

09. A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “que funcionam melhor” em “Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos.” (3º parágrafo) fosse isolado por vírgulas.

10. No trecho “O excesso de ‘judicialização’, somado aos vários recursos e à frequente passagem para as instâncias superiores” (4º parágrafo) a retirada do sinal indicativo de crase no vocábulo “à” prejudicaria a correção gramatical do texto.

11. O referente da forma pronominal “ele” no trecho “houve grande incentivo para o ingresso de ações no Judiciário, mesmo sabendo que ele não estaria aparelhado.” (4º parágrafo) é a expressão “o ingresso de ações”

12. No texto, a palavra “morosidade”, no trecho “a causa fundamental da morosidade” (4º parágrafo) foi empregada com o mesmo sentido de “delonga”.

13. A supressão da vírgula empregada após o vocábulo **tarda** no trecho “A justiça brasileira tarda, e tarda muito.” (1º parágrafo) manteria a correção gramatical do período.

14. O vocábulo “se”, trecho “entre o início de uma ação e a sentença podem se passar anos” (1º parágrafo) poderia ser deslocado para depois da forma verbal “passar”, sem prejuízo à correção do texto: **podem passar-se anos.**

15. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados caso a forma verbal **seria**, no trecho **“**O ideal seria o incentivo a outras formas de solução de conflitos, como a conciliação” (4º parágrafo) fosse substituída por **é**.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Roberto

Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples. Considerando o mês comercial de 30 dias, julgue os itens subsequentes.

16. No regime de capitalização simples, o valor dos juros na situação apresentada será R$ 200,00 maior que no regime de capitalização composta.

17. No regime de capitalização composta, a taxa de 21% ao mês é equivalente à taxa de 46,41% ao bimestre.

Uma dívida de R$ 10.000 foi liquidada pelo valor de R$ 22.500, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída.

Julgue o item subsequente.

18. Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de inferior a 40%

Um título bancário com valor nominal de R$ 4.500 foi descontado 4 meses antes do seu vencimento a taxa de desconto comercial simples de 24% ao ano.

Julgue o item seguinte.

19. O valor atual foi superior a R$ 4.200

José pegou um empréstimo de R$ 24.000 em uma instituição financeira, que deve fazer a amortização em doze parcelas mensais consecutivas pelo sistema de amortização constante sem carência. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 2% ao mês, e a primeira parcela deverá ser paga um mês após a tomada do empréstimo.

Julgue o item seguinte.

20. O valor da quinta parcela a ser paga por José é de **R$ 2320.**

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre conceitos básicos de rede, componentes, topologias, estações, servidor LAN e WAN, julgue a afirmativa abaixo.

21. A rede empresarial local também pode ser aberta a usuário externos, desde que autorizados a acessar os ambientes específicos, através de login e senha, por exemplo.

Julgue o item abaixo, acerca de segurança nos dados e programas maliciosos.

22. Em segurança da informação o Trojan Horse é capaz de redirecionar a navegação do usuário para sites específicos, com o objetivo de aumentar a quantidade de acessos a estes sites ou apresentar propagandas.

Sobre conceitos básicos de sistemas operacionais Windows e Linux, avalie o item a seguir.

23. O ambiente gráfico do sistema operacional Windows pode variar de acordo com a versão do sistema. Sendo os modelos Aero e Metro interfaces encontradas em algumas versões desse sistema.

Sobre conceitos básicos de dados, informação, conhecimento, sistemas de informação e Datawarehouse, avalie as assertivas abaixo.

24. Em teoria da informação o processo de conhecimento é adquirido apenas pela análise dos dados reais, sem considerar valores ou experiências já adquiridas, por exemplo, para sua construção.

25. Nos ambientes de controle de dados empresariais um Data Warehouse realiza o armazenamento dos dados de forma bruta, sem tratamento ou modelagens.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fabiano Pereira

26. O princípio da impessoalidade, que se refere ao elemento ético da conduta de um servidor, impõe que ao agente público cabe decidir entre o conveniente e o inconveniente, sempre prezando pelo bem comum.

27. O princípio da legalidade preconiza que o administrador público deve agir de forma ética e com boa-fé.

Julgue os itens a seguir, acerca da Lei nº 9.826/1974.

28. A despeito de as instâncias administrativas, civil e penal serem independentes, eventuais penalidades que culminem de suas apurações serão cumuláveis.

29. Se se imputar a prática do ilícito a vários funcionários lotados em órgãos diversos do Poder Executivo, a competência para determinar a apuração da responsabilidade caberá ao Tribunal de Justiça do Ceará.

30. O funcionário público fica sujeito ao poder disciplinar desde a sua nomeação ou, se esta não for exigida, desde o seu ingresso no exercício funcional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O poder de polícia, decorrente da hierarquia, tem sua discricionariedade limitada, tendo em vista que a administração pública se vincula ao dever de punir.

32. Acerca da organização da Administração Pública, tem-se que os serviços sociais autônomos, a exemplo do SENAI, são pessoas jurídicas de direito público, exercendo atividade sem fins lucrativos e de interesse público.

Sobre os atos administrativos, julgue os itens seguintes:

33. Quando a administração pública deseja desfazer ato administrativo, baseando-se no fato de que determinado destinatário descumpriu condições obrigatórias para que continuasse a desfrutar de determinada situação jurídica, o faz por meio do instituto da cassação.

Julgue o item a seguir, no que se refere à responsabilidade civil do Estado.

34. O Estado responderá civilmente por danos causados por funcionário público putativo.

35. No que tange às licitações públicas, a contratação de serviços de publicidade, de natureza singular, com profissionais de notória especialização é hipótese de inexigibilidade de licitação.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

36. Com relação à depreciação e à amortização de ativos, julgue o item a seguir.

A depreciação de um ativo somente deve cessar quando esse ativo for classificado como mantido para venda ou então se ele for vendido.

37. Julgue o item seguinte, relativo à reconhecimento e mensuração de ativos.

O ativo intangível pode surgir de algumas formas, dentre as quais: adquirido através de uma compra, em uma combinação de negócios e gerado internamente, diferentemente do goodwill que só pode ser reconhecido quando ocorre uma combinação de negócios.

38. Julgue o próximo item, relativo a instrumentos financeiros.

O ajuste correspondente a um instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio de resultado altera o resultado abrangente total do período.

39. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Após cinco anos de uso, foi realizada a venda de determinado bem imobilizado pelo valor de R$ 600.000, para recebimento após um ano da data da venda. A empresa considera que 10 % a.a. é uma taxa de juros livre de riscos adequada para mensurar o ajuste em valor presente.

Nessa situação, no momento da venda, o ajuste em valor presente é igual a R$ 60.000.

40. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Situação hipotética: O valor em uso de um imóvel de valor contábil líquido igual a R$ 500 mil foi avaliado em R$ 400 mil, e o valor justo desse mesmo imóvel, deduzido das despesas de venda, foi estimado em R$ 470 mil.

Assertiva: O valor contábil desse imóvel deverá ser reduzido em R$ 30 mil, por meio da contabilização da despesa correspondente ou, se for o caso, pela diminuição do saldo da reavaliação realizada.

41. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos de Teresina e Fortaleza, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	Teresina	Fortaleza
Preço de venda	300	290
Custo de Transação	30	20
Custo de Transporte	20	10

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por R$ 280.

42. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Um técnico tributário, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa JLS S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R$ 2.000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela JLS S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

cenário	desembolso	Probabilidade
1	R$ 2.000.000	10%
2	R$ 1.600.000	15%
3	R$ 1.000.000	20%
4	R$ 800.000	25%
5	R$ 600.000	30%

Nessa situação, a empresa JLS S.A. não deverá reconhecer nenhuma provisão.

43. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

A empresa SOBRAL, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R$ 120.000,00, com a alíquota de IPI em 20% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 17%.

A empresa deverá contabilizar como custos das mercadorias um valor superior a R$ 100.000,00.

44. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Em determinado exercício social, uma empresa distribuiu dividendos de R$ 30 milhões sobre seu lucro líquido e, nesse mesmo período, foram verificadas as seguintes modificações em saldos patrimoniais:

- diminuição de R$ 15 milhões em contas a receber;
- aumento de R$ 25 milhões em estoques;
- aumento de R$ 250 milhões no imobilizado;
- aumento de R$ 40 milhões em depreciações acumuladas;
- aumento de R$ 20 milhões em fornecedores a pagar;
- aumento de R$ 10 milhões em salários e encargos a pagar;
- aumento de R$ 2 milhões em debêntures a resgatar no curto prazo;
- redução de R$ 32 milhões em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R$ 5 milhões em impostos parcelados a vencer;
- aumento de R$ 20 milhões nas reservas de lucros.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi superior a R$ 100 milhões.

45. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Determinada empresa comercial levantou as seguintes informações, para subsidiar a elaboração da demonstração do valor adicionado.

constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	R$ 50.000
custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	R$ 350.000
depreciação, amortização e exaustão	R$ 30.000
materiais, energia e serviços adquiridos de terceiros	R$ 100.000
resultado positivo de equivalência patrimonial	R$ 40.000
receita financeira	R$ 20.000
despesa financeira	R$ 5.000
vendas de mercadorias, produtos e serviços	R$ 950.000

Nessa situação, , a demonstração do valor adicionado dessa empresa evidenciará R$ 475.000,00 como valor adicionado total a distribuir.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Luciano Rosa

46. Na empresa "Coruja Industrial Ltda", as máquinas de produção são utilizadas para a fabricação de diversos produtos. Os custos relativos à depreciação das máquinas de produção pelo método linear devem ser classificados como custo fixo e custo indireto.

47. A empresa "Não Aglomera Ltda", que produz um único produto, apresentou a tabela a seguir, com valores em reais, evidenciando a sua estrutura de custos, despesas e preços.

Custos variáveis totais por unidade	19
Custos fixos totais	125.000
Despesas fixas totais	72.000
Despesas variáveis totais por unidade (todas relacionadas ao processo de venda.)	9
Preço de venda	43

Em determinado período, a empresa produziu 25.000 unidades do produto e vendeu 22.600 unidades, não havendo estoques finais de produtos em processo nem estoques iniciais de qualquer espécie.

Considerando a tabela e as informações anteriormente apresentadas, julgue o item.

De acordo com a legislação societária, o montante do estoque final de mercadorias foi superior a R$ 55.000.

48. A empresa LSR Ltda incorreu nos custos e nas despesas mostrados abaixo, em um período em que foram produzidas 25 mil unidades de seu único produto e vendidas 21 mil unidades desse produto, não havendo quaisquer espécies de estoques iniciais nem de estoques finais de produtos em processamento.

Custos variáveis unitários	**R$**
Matéria-prima direta	28
Mão de obra direta	19
Custos indiretos variáveis de produção	12
Despesas variáveis sobre vendas	2
Custos fixos no período	
Custos indiretos fixos de produção	220 mil
Despesas administrativas e de vendas fixas	500 mil

Com base nessa situação hipotética e considerando que os dados acima descritos sejam os únicos dados relevantes, julgue o próximo item.

O custo unitário dos produtos vendidos, pelo método do custeio por absorção, é superior a R$ 70.

49. A empresa LSR Ltda apresentou as seguintes informações relativas ao sistema de custos, produção e despesas de seu único produto.

Unidades produzidas	40.000
Unidades vendidas	32.000
Preço de venda unitário	R$ 75,00
Custos variáveis de produção unitários	R$ 42,00
Despesas variáveis de administração e venda unitárias	R$ 13,00
Custos fixos de produção totais	R$ 800.000,00
Despesas fixas de administração e venda totais	R$ 400.000,00

A partir desses dados, julgue o item a seguir, tendo em vista que não havia estoques iniciais, que toda a produção iniciada foi concluída no período e que as informações apresentadas são as únicas relevantes relativas aos gastos da empresa.

O custo unitário apurado pelo sistema RKW é de 75,00.

50. A empresa Coruja Voadora Ltda apresentou a seguinte relação parcial de valores:

Custo primário	137.000
Embalagens usadas na produção	14.000
Mão de obra direta	67.000
Custos de transformação	98.000

Considerando apenas estas informações, o custo total de fabricação é de $ 182.000.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A respeito do processo legislativo e do controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

Caso: O Presidente da República editou medida provisória para reformulação do ensino médio. O Partido Político XXX, com representação no Congresso Nacional, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, para questionar a inconstitucionalidade da medida em razão da ausência dos requisitos relevância e urgência. **Assertiva:** Não cabe ao Judiciário a análise da urgência da medida provisória, de modo que apenas ao Presidente da República foi atribuída a prerrogativa de verificar a necessidade ou não de fazer uso da espécie normativa, conforme as prioridades de seu governo.

52. A respeito do regramento constitucional referente à Administração Pública e segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, julgue o próximo item.

Caso: Maria foi aprovada em concurso público para professora da rede pública, séries iniciais, dentro do cadastro de reserva. Após o fim do prazo de validade do concurso, constatando o fato de não ter sido nomeada e tendo o Estado-membro contratado professores temporários, decidiu ajuizar ação para requerer a sua nomeação. **Assertiva:** No caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, houve decadência do direito de Maria insurgir-se contra o ato do Estado-membro.

53. O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que "é garantido o direito de propriedade." Essa norma constitucional, na clássica definição de José Afonso da Silva, é de eficácia plena, uma vez que a Constituição Federal não estipulou nenhuma reserva legal ao dispositivo.

54. João sofreu condenação transitada em julgado e teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que enquanto perdurarem os efeitos da condenação, João não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva, mas poderá exercer a capacidade eleitoral ativa, uma vez que a substituição da pena corporal pela pena restritiva de direitos não inviabiliza o exercício dos direitos políticos.

55. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

56. Sobre a contribuição de melhoria, analise a seguinte situação abaixo, e ao final, julgue a assertiva sobre a possibilidade de instituição dessa espécie tributária pelo Município X:

Assertiva: Obra pública realizada pelo Município X que possibilitou aumento de fluxo de veículos em determinada região, ocasionando forte crescimento no faturamento do comércio da região. O Município X pode instituir contribuição de melhoria nesta situação.

57. A CF/88 impede que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como antes de decorridos noventa dias da publicação da referida lei. O Imposto sobre produtos industrializados é um tributo que se submete apenas ao princípio da anterioridade nonagesimal, isto é, que constitui exceção ao princípio da anterioridade anual.

Relativamente à imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, julgue as assertivas a seguir:

58. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil é aplicável apenas aos impostos.

59. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil alcança as operações de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

60. A imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil alcança os suportes materiais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

Acerca das características da competência tributária, julgue as assertivas a seguir:

61. O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

62. O exercício da competência tributária pelo ente federativo é compulsório, uma vez que a CF/88 determina que sejam instituídos todos os tributos cuja competência seja atribuída aos respectivos entes federativos.

63. A Constituição Federal determina que lei complementar regule a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

64. Acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), julgue a assertiva a seguir: O ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o donatário, ou ao Distrito Federal.

65. Entre os arts. 157 e 162 da CF, foram disciplinadas as regras constitucionais de repartição das receitas tributárias. É correto afirmar que 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais porventura instituídos pela União deve ser repartido com os Estados e Distrito Federal.

66. As resoluções do Senado Federal são consideradas fontes primárias do direito tributário.

67. O responsável pelo tributo devido é terceira pessoa que esteja de algum modo vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação tributária, tendo sua obrigação decorrente da lei.

68. A solidariedade tributária deve ser sempre prevista na lei do ente tributante, não bastando o interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

69. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em face de nova interpretação da norma aplicável ao lançamento.

70. Na falência, créditos com privilégio especial possuem preferência sobre o crédito tributário.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

71. Segundo o Decreto 33.327, de 30 de outubro de 2019, que entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2020, não incide ICMS sobre operações com livros, ainda que em branco, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, ainda que gravados por meio eletrônico.

72. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. A obrigação acessória, por outro lado, consiste em um dever instrumental, também chamada de obrigação de "fazer ou não fazer. A isenção, ao dispensar o recolhimento da obrigação principal, extirpa de plano a obrigação acessória, dispensando o seu cumprimento.

73. Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior. Dentro do rol de contribuintes podemos incluir as cooperativas, os órgãos da administração pública e a sociedade civil de fim não-econômico.

74. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte no Ceará, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo quando para retornar ao estabelecimento remetente.

75. Determinado contribuinte importou brinquedos pelo Porto de Fortaleza. Da contratação até a entrega da mercadoria diversos fatos ocorreram:

12/06/20 – Contração verbal

13/06/20 – Assinatura do contrato de venda

30/06/20 – Pagamento de metade do valor acordado

10/07/20 – Saída da mercadoria dos Estados Unidos

30/07/20 – Chegada ao Porto de Fortaleza

10/08/20 – Entrega da mercadoria

20/08/20 – Desembaraço Aduaneiro.

Diante dos dados acima pode-se afirmar que o momento da ocorrência do fato gerador na importação se deu em 20/08/20.

76. Determinado contribuinte localizado em Recife-PE decidiu procurar novos clientes em Fortaleza. Para isso encheu seu caminhão com mercadorias, que não possuíam margem de valor agregado específica e cujo valor da nota fiscal somava R$ 50.000, e foi tentar vendê-las em uma famosa praça de Fortaleza. Para esse caso a base de cálculo utilizada para fins de recolhimento de ICMS é de R$ 65.000.

77. As bonificações e os descontos incondicionados não integram a base de cálculo do ICMS.

78. Na hipótese de contrato de demanda de potência, a base de cálculo do ICMS será o valor da energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente contratada.

79. O montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto entre os débitos e os créditos do imposto. No total dos débitos deverão estar compreendidas as importâncias relativas a saídas e prestações com débito e os estornos de débitos.

80. Para fins de compensação do ICMS devido, constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo à mercadoria recebida pelo estabelecimento de forma simbólica para comercialização e ao material de embalagem a ser utilizado na saída de mercadoria sujeita ao imposto.

81. Quando o imposto destacado no documento fiscal for maior que o exigível na forma da lei, o seu aproveitamento como crédito terá por limite o valor previsto na legislação. Na hipótese de o imposto destacado no documento fiscal ser menor do que o devido, o contribuinte deverá creditar-se do valor do imposto destacado no documento fiscal.

82. O saldo credor do imposto existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento não será restituível ou transferível para outro estabelecimento, exceto nos casos previstos na legislação.

83. Nas aquisições de contribuintes optantes pelo Simples Nacional, o adquirente não optante não poderá se creditar, tendo em vista que o recolhimento do Simples possui tratamento diferenciado.

84. Determinada indústria cearense fabrica produtos que são 60% tributados pelo ICMS e 40% isentos. Em novembro de 2020, adquiriu uma máquina para o ativo imobilizado com ICMS corretamente destacado no montante de R$ 96.000. A parcela do crédito a que terá direito, em face da entrada de bens destinados ao ativo permanente da empresa, e que poderá ser apropriada no período fiscal de novembro, é de R$ 1.200.

85. De acordo com o Decreto 24.569/97, o crédito tributário pago indevidamente será restituído, no todo ou em parte, a requerimento do sujeito passivo. Caso o pedido de restituição postulado seja de importância inferior a 5.000 UFIRCEs, o sujeito passivo poderá lançar o referido valor, a título de crédito, no registro de apuração do ICMS na EFD, independentemente de prévia manifestação da Secretaria da Fazenda.

86. Antes de qualquer ação fiscal, o agente do Fisco exibirá ao contribuinte ou a seu preposto, identidade funcional e o ato designatório que o credencia à prática do ato administrativo e a ação fiscal começará com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização e o agente do Fisco terá o prazo de até 360 dias para conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência ao sujeito passivo.

No que tange à consulta, prevista no Decreto 24.569/97, analise as questões 87 a 89 abaixo.

87. Enquanto não solucionada a consulta, nenhum procedimento fiscal será promovido contra o consulente.

88. Solucionada a consulta, o consulente deverá adotar o entendimento contido na resposta no prazo de 30 dias, contados da data de recebimento do parecer conclusivo.

89. O consulente deverá, ao realizar a consulta, expor a intepretação que dá aos dispositivos da legislação tributária aplicáveis à matéria consultada.

Em relação ao IPVA, regido no Ceará pela lei 12.023/92 e pelo Decreto 22.311/92, julgue as questões 90 a 93.

90. O momento da ocorrência do fato gerador para veículos novos é a data d aquisição por consumidor final ou revendedora ou quando da sua incorporação ao ativo permanente.

91. São isentos do IPVA o veículo com potência inferior a 50 cilindradas e os veículos movidos a motor elétrico.

92. É contribuinte do IPVA o adquirente, em relação a veículo sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.

No que se refere a lei 15.812/15, que institui o ITCD o Estado do Ceará, julgue os itens 93 e 94.

93. Não incide o ITCD no recebimento de capital estipulado de seguro de vida.

94. João possui um imóvel no valor de R$ 600.000,00 e resolve doar a nua-propriedade do referido bem ao seu irmão, Pedro. Por ocasião da referida doação, a base de cálculo do imposto será no valor de R$ 200.000,00.

A Lei 15.614/14 estabelece a estrutura, organização e competência do contencioso administrativo tributário, institui o respectivo processo eletrônico e dá outras providências. Sobre a referida lei julgue os itens de 95 a 100.

95. A intimação eletrônica é equiparada à intimação pessoal, para todos os efeitos legais.

96. O PAT será suspenso apenas na hipótese de morte do impugnante.

97. A fase litigiosa do PAT tem seu início com a notificação regular do sujeito passivo acerca da lavratura do auto de infração.

98. O CONAT será dirigido por um Presidente dentre os servidores da SEFAZ, integrante do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, em efetivo exercício, graduado em curso de nível superior, de preferência em Direito e pós-graduação lato sensu de natureza jurídico-tributária, contábil ou empresarial, reconhecida experiência em matéria e processo tributário, notória idoneidade moral, escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para exercer cargo, em mandato de 3 anos, sendo permitida a recondução uma vez.

99. Os atos processuais devem ser praticados durante o horário de expediente normal da repartição que os expedir, exceto se a repartição que praticar o ato operar de modo contínuo em todos os turnos e dias da semana ou se o adiamento prejudicar o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Fazenda Estadual.

100. Na contagem dos prazos do Processo Administrativo Tributário computar-se-ão somente os dias úteis, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

AUDITORIA

Guilherme Santanna / Tonyvan Carvalho

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguração, julgue os itens subsequentes.

101. Trabalho de asseguração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis. Há dois níveis de asseguração – razoável e limitado. O risco de auditoria é maior na asseguração razoável quando comparado à asseguração limitada.

102. No trabalho de relatório direto, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.

103. A estrutura conceitual estabelece normas próprias e exigências relativas a procedimentos para a execução de trabalhos de asseguração.

104. Os elementos de um trabalho de asseguração limitam-se não só à relação de três partes envolvendo o auditor independente, a parte responsável e os usuários previstos, mas também ao objeto apropriado bem como os critérios aplicáveis.

105. Um dos elementos de um trabalho de asseguração são os critérios adequados cujas características são: relevância, integralidade, confiabilidade, neutralidade e compreensibilidade:

106. No planejamento da auditoria, devem-se considerar aspectos como: procedimentos analíticos a serem aplicados, como, por exemplo, os de avaliação de risco; entendimento global da estrutura jurídica e do ambiente regulatório da entidade e como ela cumpre com os requerimentos dessa estrutura; a determinação da materialidade, independentemente da relevância, bem como o envolvimento de especialistas e a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.

107. Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, ao passo que procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

108. Ao definir e executar procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes, o auditor tem por finalidade detectar erros ou fraudes relevantes.

109. Na determinação da materialidade, o auditor deve pressupor que os usuários do relatório de auditoria desconhecem os negócios e a atividade da entidade auditada.

110. É indispensável determinar um valor mínimo para a classificação de relevância das distorções encontradas.

111. Nas auditorias das demonstrações contábeis, a definição de materialidade para entidades públicas segue as mesmas regras e condições adotadas para as entidades privadas.

112. No que se refere à documentação de auditoria, julgue o item subsequente.

A documentação de auditoria deve limitar-se aos registros elaborados pelo auditor, para fins de confirmação da autenticidade e integridade.

113. Nos procedimentos analíticos, podem-se incluir informações que se mostrem contraditórias ou inconsistentes com outras informações relevantes ou que produzam valores inesperados.

114. A conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões. Contudo, novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem se essas forem de natureza administrativa. Um dos exemplos de tais modificações é o descarte de documentação superada.

115. Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Ela apresenta natureza cumulativa (qualidade e quantidade). A quantidade de toda evidência de auditoria é afetada pela relevância e confiabilidade das informações em que ela se baseia. Já a qualidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

116. Nos termos das normas vigentes de auditoria, o compromisso com a competência indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

117. O ambiente de controle por si só impede, detecta e corrige uma distorção relevante.

118. As técnicas de amostragem podem ser divididas em dois grandes grupos: a amostragem probabilística, também denominada estatística; e a amostragem não probabilística. A amostragem probabilística prevê a seleção de indivíduos por meio de métodos aleatórios e a amostragem não probabilística, por sua vez, não utiliza a seleção aleatória dos itens da amostra e nem usa a teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras. Uma característica comum entre os dois tipos é a possibilidade de permitir generalizações dos resultados amostrais.

119. Com relação ao uso de amostragem no processo de auditoria, julgue o item a seguir.

A amostragem estratificada é utilizada quando se divide a população em grupos mutuamente exclusivos, chamados de estratos. Assim, dentro de cada estrato, são sorteadas amostras aleatórias. A amostragem estratificada é um exemplo de amostragem não estatística.

120. Em relação aos procedimentos de auditoria previstos nas normas de auditoria vigentes, julgue o item subsequente.

As evidências de auditoria possuem diferentes níveis de persuasão quanto à validação das informações. Nesse contexto, o procedimento considerado mais relevante/confiável para se obter evidências de auditoria é a confirmação externa.

Preencha o Gabarito

https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-CE-28-11

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.